



20 DE OUTUBRO DE 2017

Sexta-feira

- NA ESTEIRA DA CRISE BRASILEIRA, PARANÁ TENTA "SE APRESENTAR" AOS ESTRANGEIROS
- OBSERVATÓRIO DE DEFESA COMERCIAL
- NOVOS PROJETOS DE LEI - NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - Nº 34. XIII . 19 DE OUTUBRO DE 2017
- AGOSTO SEM RECUPERAÇÃO
- EMPRESAS MOSTRAM RECEIO EM ADOTAR MUDANÇAS DA REFORMA TRABALHISTA
- CRESCIMENTO DE EMPREGO FORMAL EM SETEMBRO FOI PUXADO PELA INDÚSTRIA
- SE A REFORMA DEMORAR, SERÁ MAIS RADICAL, DIZ CHEFE DO TESOUREIRO
- EMPRESAS AMEAÇAM IR À JUSTIÇA CONTRA NOVO MARCO DO SETOR DE GÁS
- GRANDES INVESTIDORES CRITICAM ACÚMULO DE PODER POR INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA
- ARRECADAÇÃO DO GOVERNO COM REFIS ENCOSTA EM R\$ 11 BILHÕES EM SETEMBRO
- ASSALTADA POR POLÍTICOS, CAIXA PEDE SOCORRO AOS CONTRIBUÍNTES
- PARA MANTER EMPRÉSTIMOS, CAIXA ECONÔMICA PEDE R\$ 10 BILHÕES AO FGTS
- SETOR DE SERVIÇOS ACUMULA ALTA DE 4,2% EM OITO MESES
- MONITOR DO PIB DA FGV APONTA ALTA DE 0,2% EM AGOSTO ANTE JULHO
- IGP-M NA 2ª PRÉVIA DE OUTUBRO FICA EM 0,30%, APONTA FGV
- CHEFE DA FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO PEDE A MINISTRO REVOGAÇÃO DE PORTARIA DO TRABALHO ESCRAVO; NORMA É 'ILEGAL' E 'ANIQUILA' LISTA SUJA, AFIRMA
- EM ATO, ASSOCIAÇÕES PEDEM REVOGAÇÃO DE PORTARIA SOBRE TRABALHO ESCRAVO
- ARTIGO: PORTARIA DO TRABALHO ESCRAVO: PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS
- COM FIM DO INOVAR-AUTO, IMPORTADORAS DE VEÍCULOS VOLTAM A INVESTIR NO BRASIL
- BANCO MERCEDES ATINGE R\$ 300 MI EM NOVOS CONTRATOS EM AGOSTO
- CONTINENTAL CRESCE NO FORNECIMENTO DE PNEUS COMERCIAIS

- **BOSCH TRANSFERE CHAVES PARA O SMARTPHONE**
- **CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL SOBE 4,6% ENTRE 1º E 16 DE OUTUBRO, DIZ CCEE**
- **COMBUSTÍVEIS PUXAM ALTA DO IPCA-15 DE OUTUBRO, MOSTRA IBGE**
- **EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS SOMARAM 11 MILHÕES DE TON NOS 9M17, DIZ IABR**

CÂMBIO EM 20/10/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,190	3,190
Euro	3,759	3,761

Fonte: Bacen

Na esteira da crise brasileira, Paraná tenta "se apresentar" aos estrangeiros

20/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Ideia tem sido vendida pelo próprio governador, Beto Richa (PSDB), em encontros com embaixadores, organizados pelo seu novo secretário em Brasília, Luciano Pizzatto



Richa apresenta os dados do estado a embaixadores do Oriente Médio Ricardo Almeida/ANPr

Na tentativa de escapar do cenário brasileiro marcado pela crise na economia, o governo do Paraná resolveu apresentar o estado aos estrangeiros. A tiracolo, números que indicariam que, a despeito da má fase nacional, o Paraná é um lugar seguro para os investidores.

Na prática, a ideia tem sido vendida pelo próprio governador do Paraná, Beto Richa(PSDB), em encontros com embaixadores, organizados pelo seu novo secretário em Brasília, o ex-deputado federal Luciano Pizzatto.

As duas reuniões realizadas até aqui foram no mesmo formato: Beto Richa desembarca em Brasília com uma comitiva formada praticamente pelo primeiro escalão (quase uma dúzia de secretários e presidentes de empresas públicas, além do prefeito de Curitiba, Rafael Greca) para se apresentar a um grupo de embaixadores.

Com a ajuda de um projetor de imagens, o próprio tucano se encarrega de mostrar os números regionais aos estrangeiros – a maioria já com uma boa compreensão do português; uma minoria não.

Às autoridades, Beto Richa gosta de citar, por exemplo, que o Paraná foi eleito pela Revista *The Economist*, por duas vezes consecutivas, o segundo estado mais competitivo do país. Perde apenas para São Paulo.

O governador também fala de indústria automotiva, de parque petrolífero. "Somos o segundo maior produtor de grãos e a quinta maior economia do país", diz o governador do Paraná.

Depois da explanação, os embaixadores são convidados para um almoço no Baby Beef Rubaiyat, um restaurante acostumado com clientela estrangeira, às margens do Lago Paranoá. Ao final, ganham um material impresso encorpado, sobre o Paraná, entregue pela equipe de Pizzatto.

De concreto, nada se anuncia após um encontro do tipo. Mas, na visão do governo do Paraná, trata-se de um "networking" importante. "Curitiba junto cria uma imagem mais amigável. E sempre impressiona bem. Durante o almoço, já estão todos interagindo. Tem sido uma experiência positiva", avaliou Pizzatto à **Gazeta do Povo**.

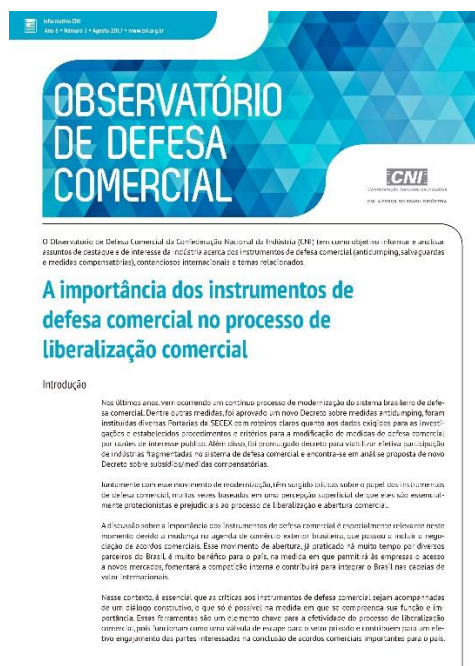
O primeiro encontro, realizado em agosto, reuniu representantes dos Estados Unidos, China, Japão, França, Espanha, Itália, Ucrânia, Alemanha e Suécia. O segundo encontro, na última terça-feira (17), contou com a participação dos embaixadores do Irã, Israel, Líbano, Turquia, Catar, e representantes do corpo diplomático do Kuwait e da Arábia Saudita no Brasil.

A ideia, antecipou Pizzatto, é fazer mais dois encontros semelhantes até o final do ano. Um deles seria com embaixadores de países africanos.

Observatório de Defesa Comercial

20/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Observatório de Defesa Comercial da CNI traz: "A importância dos instrumentos de defesa comercial no processo de liberalização comercial".



Observatório de Defesa Comercial

A importância dos instrumentos de defesa comercial no processo de liberalização comercial

Introdução

Nos últimos anos, vem ocorrendo um contínuo processo de modernização do sistema brasileiro de defesa comercial. Depois de uma reunião de aprovação em novembro de 2016, o Conselho Superior de Defesa Comercial (SECEX) instituiu diversas Portarias de SECEX com objetivos claros quanto aos dados coletados para as investigações e estabelecimento de procedimentos e critérios para a modificação de medidas de defesa comercial por acordo, os instrumentos de defesa comercial (IDC) e o mecanismo de defesa comercial (MDC) e a possibilidade de indicar as irregularidades no sistema de defesa comercial e encontrar-se em análise a proposta de novo Decreto sobre a atual situação das compensações.

Atualmente, os instrumentos de defesa comercial (IDC) no Brasil são, basicamente, o papel dos instrumentos de defesa comercial (IDC) e os mecanismos de defesa comercial (MDC) de que se trata são essencialmente protecionistas e prejudiciais ao processo de liberalização e abertura comercial.

A discussão sobre a importância dos instrumentos de defesa comercial é especialmente relevante neste momento devido à mudança na agenda de trabalho do Brasil, que passou a incluir a negociação de acordos comerciais. Esse momento de abertura, já praticado há muito tempo por diversos países do Brasil, é muito benéfico para o país, na medida em que permite a integração, o acesso a novos mercados, fomenta a competição interna e contribui para a integrar o Brasil nas cadeias de valor internacionais.

Nesse contexto, é essencial que as críticas aos instrumentos de defesa comercial sejam acompanhadas de um diálogo construtivo, o que só é possível na medida em que se compreenda sua função e importância. Esses instrumentos são um elemento chave para a efetividade do processo de liberalização comercial, pois, além de serem uma ferramenta de escape para o setor privado e estabelecerem uma linha de engajamento dos países interessados na conclusão de acordos comerciais importantes para o país.

20/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

ÍNDICE

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Destinação de recursos dos Fundos Constitucionais para financiamento de obras de preservação ambiental
PLS 369/2017 do senador José Pimentel (PT/CE)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Definição de procedimento para instauração de incidente de responsabilidade tributária
PLS-C 379/2017 do senador Roberto Muniz (PP/BA)
Acesso a informações sobre operações de crédito com instituições financeiras oficiais
PLP 427/2017 do deputado Carlos Henrique Gaguim (PODE/TO)
Funções punitivas e preventivas da indenização por danos morais
PL 8704/2017 do deputado Wilson Filho (PTB/PB)
Alterações nos acordos de leniência no âmbito do CADE
PL 8802/2017 do deputado Francisco Floriano (DEM/RJ)

MEIO AMBIENTE

Incentivos à preservação de florestas em propriedades privadas na Amazônia Legal
PLS 376/2017 do senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Sustação da obrigatoriedade de declaração pelo empregador do exame toxicológico de motoristas profissionais
PDC 781/2017 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

DISPENSA

Revogação na reforma trabalhista da equiparação dos tipos de dispensa e quitação dos planos de demissão voluntária
PLS 366/2017 do senador Paulo Paim (PT/RS)

JUSTIÇA DO TRABALHO

Honorários periciais não devidos pela parte sucumbente quando beneficiária de justiça gratuita
PLS 361/2017 do senador Paulo Paim (PT/RS)
Revogação das novas exigências para concessão do benefício da justiça gratuita
PLS 362/2017 do senador Paulo Paim (PT/RS)
Alterações na Reforma Trabalhista quanto ao início do processo de execução
PLS 370/2017 do senador Paulo Paim (PT/RS)

OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Dedução do IRPJ para contratação de egressos do sistema prisional
PL 8798/2017 do deputado Izaque Silva (PSDB/SP)

BENEFÍCIOS

Prorrogação da licença maternidade por internação do recém nascido
PL 8702/2017 da deputada Renata Abreu (PODE/SP)

FGTS

Movimentação do FGTS para aquisição do segundo imóvel

PL 8730/2017 do deputado Irajá Abreu (PSD/TO)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Revogação da regulamentação do Contrato de Trabalho Intermitente

PL 8766/2017 da deputada Erika Kokay (PT/DF)

Proibição de cobrança por candidatura a emprego

PL 8772/2017 do deputado Nilto Tatto (PT/SP)

Revogação da multa diferenciada para as micro e pequenas empresas pela ausência de registro do empregado

PL 8776/2017 do deputado Marco Maia (PT/RS)

Regulamentação do dano extrapatrimonial coletivo

PL 8793/2017 do deputado Rogério Silva (PMDB/MT)

INFRAESTRUTURA

Dispõe sobre o funcionamento de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA

PL 8715/2017 da deputada Gorete Pereira (PR/CE)

Destinação de recursos de privatizações para novo Fundo Soberano Brasileiro - FSB

PL 8724/2017 do deputado Marco Antônio Cabral (PMDB/RJ)

INFRAESTRUTURA SOCIAL

EDUCAÇÃO

Criação do Programa Empresa Educadora

PL 8731/2017 do deputado Marcos Rogério (DEM/RO)

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA AEROESPACIAL E DE DEFESA

Regulamenta o uso de drones próximos a escolas, residências, igrejas, aeroportos e outras localidades

PL 8751/2017 do deputado Carlos Henrique Gaguim (PODE/TO)

INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na comercialização no mercado interno de sal

PL 8679/2017 do deputado Beto Rosado (PP/RN)

INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO

Criação do Comitê de Infraestrutura Sustentável em mineração

PL 8800/2017 do deputado Francisco Floriano (DEM/RJ)

INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Estabelecimento de parâmetros para o cumprimento do critério de atualidade no serviço de distribuição de energia elétrica

PLS 356/2017 do senador Eduardo Braga (PMDB/AM)

Destinação de parcela dos recursos da bonificação pela outorga de licitações de concessões de usinas hidrelétricas para a modicidade tarifária

PL 8817/2017 da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)

INDÚSTRIA DE VEÍCULOS DE DUAS RODAS

Redução a zero das alíquotas de IPI, PIS e Cofins incidentes sobre bicicletas, suas partes e acessórios

PL 8787/2017 do deputado Ronaldo Carletto (PP/BA)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

INFRAESTRUTURA SOCIAL

Saúde

Institui o "Selo Empresa Solidária", destinado às empresas que desenvolvam programas de esclarecimento e incentivo aos seus funcionários para a doação de sangue, medula óssea, órgãos e tecidos humanos, e dá outras providências.
PL 548/2017 de autoria do Deputado Schiavinato (PP)

INFRAESTRUTURA

Altera a Lei nº 18.696, de 8 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o monitoramento de tráfego em serviços delegados de infraestrutura no Estado do Paraná.

PL 549/2017 de autoria do Deputado Evandro Araújo (PSC), Deputado Tercílio Turini (PPS), Deputado Ademir Bier (PMDB) e Deputado Marcio Pacheco (PPL)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de monitoramento nos pontos de paradas de caminhões e ônibus nas rodovias do Estado do Paraná

PL 552/2017 de autoria do Deputado Delegado Recalcatti (PSD)

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA RELAÇÃO DE CONSUMO

Dispõe sobre a obrigatoriedade da transparência das mangueiras de bombas de gasolina no Estado do Paraná

PL 566/2017 de autoria do deputado Gilberto Ribeiro (PRB)

INTERESSE SETORIAL

Indústria de Bebidas

Institui a Política Estadual de Incentivo à Erva-Mate, seus derivados e congêneres

PL 553/2017 de autoria do Deputado Anibelli Neto (PMDB)

Agosto sem recuperação

20/10/2017 – Fonte: IEDI



Em agosto, com os grandes setores da economia registrando declínio, perdeu-se a oportunidade de dar mais um passo na consolidação da recuperação. Face à timidez do crescimento econômico nos últimos meses, as reversões de resultado não devem ser desprezadas.

Muito do recuo da economia se deveu, entretanto, a fatores localizados. Na indústria, pesou o declínio do setor de alimentos e, no setor de serviços, daqueles prestados às

famílias. Já para o comércio varejista não há atenuante, pois a maior parte de seus segmentos registraram queda de vendas reais em comparação com julho.

Diante desses resultados, o indicador IBC-Br do Banco Central, que funciona como uma proxy do PIB, voltou ao negativo em agosto (-0,38% ante jul/17 com ajuste), depois de dois meses seguidos de crescimento em patamares não desprezíveis (+0,47 em jun/17 e +0,36% em jul/17) para os padrões recentes.

Pelo perfil do retrocesso de agosto, é pouco provável que cause um descarrilhamento. A recuperação continua, mas com todas as suas fragilidades.

O desemprego elevado (12,6% segundo a PNAD) ainda é um importante entrave ao crescimento. Nos últimos meses tem havido algum sinal de melhora no emprego, mas muito concentrado em ocupações sem carteira assinada e ou por conta própria, que costumam contar com rendimentos menores e menos regulares.

Este é um importante determinante que faz com que setores que dependem mais do emprego e da renda corrente, como os serviços e como o comércio e a produção de bens não duráveis, venham encontrando mais dificuldades para reagir, como os dados de agosto deixaram claro.

Outro entrave continua sendo o crédito às empresas, cujas concessões só voltaram a registrar uma variação positiva em agosto, após quase dois anos de retração ininterrupta. Um avanço neste quadro permitiria a desalavancagem mais rápida das empresas, abrindo espaço para alguma normalização de suas atividades e a recomposição de seus investimentos, assim que seus patamares de ociosidade se reduzirem.

Cabe observar que o desempenho dos serviços prestados às empresas não está muito bem e que a produção industrial de bens de capital, passada a demanda mais forte pela agricultura, vem apresentando uma trajetória de desaceleração nos últimos quatro meses. Diante de uma recuperação lenta da economia, o saneamento mais rápido do quadro financeiro das empresas ajudaria muito.

Por sorte, ao menos o crédito às famílias tem voltado a fluir, contando com juros um pouco menores. A situação é ilustrativa da importância da melhora das condições de crédito para a recuperação da economia. Em um mês ruim como foi agosto, praticamente apenas as atividades que se apoiam no crédito às famílias conseguiram crescer.

No comércio varejista, foi o caso das vendas de móveis e eletrodomésticos, veículos e autopeças e materiais de construção. Na indústria, o único grande segmento a apresentar um crescimento robusto foi o de bens de consumo duráveis. Neste último caso, tem sido de extrema relevância também a ampliação das exportações, que atinge notadamente a indústria automobilística.

Empresas mostram receio em adotar mudanças da reforma trabalhista

20/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Reforma trabalhista gera protestos e ainda levanta muitas dúvidas entre trabalhadores

Com a resistência de juízes e procuradores às novas regras trabalhistas, as companhias têm demonstrado um maior receio de implementar parte das mudanças permitidas pela reforma.

A nova legislação passa a valer no dia 11 de novembro.

"A recomendação é que não haja mudanças abruptas. É importante que elas sejam discutidas com os sindicatos e atendam a requisitos formais de negociação, para facilitar uma eventual defesa no Judiciário", afirma Maurício Guidi, do Pinheiro Neto.

A percepção é que o embate será inevitável, e que as regras demorem até cinco anos até que sejam assimiladas pelas companhias, diz ele.

"A discussão terá que chegar ao Supremo Tribunal Federal, mas a grande maioria dos pontos deve sobreviver."

A expectativa é que, ao menos em um primeiro momento, o número de ações aumente, segundo Flavio Pires, sócio do Siqueira Castro.

O trabalho intermitente é um dos pontos que não deverão ser aplicados no primeiro momento –ao menos até que haja uma regulamentação mais precisa do texto, diz o vice-presidente da FecomercioSP Ivo Dall Acqua Jr.

"É preciso fazer ajustes técnicos. Há algumas contradições que precisam ser esclarecidas pela medida provisória do governo. As empresas estão cautelosas", afirma.

A implementação do banco de horas e da jornada 12 x 36 (12 horas de trabalho por 36 horas de descanso) sem necessidade de acordo coletivo também não deverá ser adotada a princípio, de acordo com Carlos Augusto Pinto, do Sinhores (sindicato de hotéis, restaurantes e bares).

"É mais prudente que as empresas mantenham a negociação com os sindicatos." Parte das medidas consideradas menos polêmicas, ou que estão expressas de forma mais clara no texto da reforma, já será adotada.

É o caso da prevalência do acordo coletivo sobre a legislação em casos como negociação de jornada de trabalho.

"Mesmo que haja questionamentos, a lei é bastante clara quanto a isso", afirma Pires, do Siqueira Castro.

Categorias cujos acordos coletivos foram revistos recentemente fizeram renovações provisórias, justamente para negociar, nos próximos meses, novos acordos que já contemplem as mudanças da reforma, diz Dall Acqua Jr.

"Isso ocorreu com categorias importantes como a dos lojistas e dos supermercados em São Paulo, que fizeram, em setembro, acordos com validade de seis meses."

Outros pontos considerados menos controversos são o parcelamento de férias e a exclusão do período de transporte da jornada de trabalho, aponta Alexandre de Almeida Cardoso, do TozziniFreire.

A reação adversa dos magistrados, já era esperada, segundo Cássia Pizzotti, sócia do Demarest Advogados.

"Como já havia um discurso contra a reforma, e as mudanças não são tão drásticas, já não existia uma forte movimentação para implementar todas as mudanças. O maior impacto é o desânimo, ainda maior, entre investidores."

Crescimento de emprego formal em setembro foi puxado pela indústria

20/10/2017 – Fonte: Isto É

O crescimento de 34.392 postos de trabalho formal, o sexto resultado positivo em sequência, “consolida um quadro no sentido de geração positiva de emprego”, segundo avaliou nesta quinta-feira, 19, o coordenador-geral de Estatísticas do Trabalho, Mário Magalhães.

Os resultados acumulados em 12 meses ainda estão negativos em 466.654 postos, mas ele destacou que os números já são melhores do que os vistos há um ano, quando o saldo negativo superava 1,5 milhão de vagas.

O resultado de setembro foi puxado pela indústria, com mais 25.684 postos, e pelo comércio, com 15.040 empregos novos. Esse movimento, disse Magalhães, é típico do final do ano. A indústria se aquece para dar conta das encomendas de final do ano e o comércio já contrata para as festas.

Ao analisar os dados dos serviços, que tiveram expansão de 3.743 postos em setembro, ele destacou a geração de postos em todos os segmentos do ensino e na construção civil. Eles estão concentrados na construção de linhas de transmissão e telefonia, enquanto a construção de edifícios está negativa. Segundo o coordenador, isso mostra que as famílias, embora tenham retomado o consumo de bens duráveis, ainda não partiram para a aquisição de imóveis.

As instituições de crédito registraram fechamento de 1.573 vagas no mês. Segundo Magalhães, os bancos múltiplos passam por um processo de reestruturação “intensa” já há alguns meses. Essa tendência atingiu inclusive Caixa e Banco do Brasil.

Houve também queda de 4.017 vagas em alojamento, alimentação, reparação e manutenção. “Foi uma surpresa negativa”, admitiu. As demissões atingiram principalmente os serviços de limpeza de prédios e vigilância e segurança privada.

Se a reforma demorar, será mais radical, diz chefe do Tesouro

20/10/2017 – Fonte: Exame

A titular da Secretaria do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, falou no Fórum Mulheres na Liderança sobre a situação fiscal do país e o papel das mulheres



A reforma da Previdência tem de ser feita logo. Quanto mais demorar, mais radical terá de ser para resolver os problemas fiscais do país. Quem diz isso é Ana Paula Vescovi, a primeira mulher a chefiar Secretaria do Tesouro Nacional. Ela falou durante o Fórum Mulheres na Liderança sobre sua carreira, a situação fiscal e o papel das mulheres na administração pública.

O Fórum aconteceu nesta quinta-feira em São Paulo. Foi realizado por EXAME em parceria com a Woman in Leadership in Latin America (WILL). Nele, debateram-se as melhores práticas para promover a liderança feminina e foram premiadas empresas que se destacam nessa questão.

No evento, Ana Paula Vescovi participou de um talk show com André Lahoz Mendonça de Barros, diretor editorial de EXAME. A Secretária do Tesouro, que ela dirige desde o ano passado, trata de dívidas, política fiscal, liberação de recursos públicos e a contabilidade da União. "Em nosso trabalho é tudo muito técnico", diz ela. Sua rotina é dura. São 15 horas de trabalho diárias. E, nos fins de semana, ela ainda leva trabalho para casa.

Ana afirma que a situação fiscal do país é delicada: "Há uma tendência a que as contas públicas piorem. Temos o problema da Previdência, que segue normas diferentes das de outros países". A única solução que ela vê é fazer a reforma da Previdência o quanto antes. Para ela, essa reforma é inevitável. Se não acontecer logo, terá de ser feita de forma mais radical no futuro.

Ana também critica os subsídios que o governo concede a determinados setores e regiões do país. "Se é para investir mais educação e saúde, temos de investir menos em subsídios. A questão é decidir o que é prioridade para a sociedade. Não temos dinheiro para tudo."

Apesar desses problemas, ela considera o atual momento econômico positivo: "Estamos no início do processo de recuperação. O Brasil está saindo de sua pior crise como República. Vai crescer moderadamente até o final do ano. O ano que vem é mais promissor. Fomos bem sucedidos em controlar a inflação. Estamos vendo a melhora gradual. A economia não cresce a taxas altas, mas cresce de forma sustentada", avalia.

Ela diz que as mulheres vêm ganhando importância na administração pública: "Vejo mulheres muito atuantes em cargos de gestão na Petrobras, no BNDES e nos outros ministérios. Interajo com mulheres que admiro pela postura profissional. Elas ascenderam por mérito, por esforço próprio, como os homens."

A ideia de cotas a serem preenchidas por mulheres em determinados cargos não agrada a Ana. "É preciso analisar cada caso. Mas eu, como gestora, não adotaria. Prefiro usar a meritocracia", diz. "Sinto falta de o Brasil valorizar a igualdade de oportunidades. Uma boa educação básica de qualidade é mais importante do que dar cotas na universidade", prossegue ela.

O Fórum Mulheres na Liderança teve, também, um debate sobre como acelerar a participação feminina na liderança das empresas, além da premiação de companhias que se destacaram num abrangente estudo sobre a liderança feminina.

Empresas ameaçam ir à Justiça contra novo marco do setor de gás

20/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Operário em terminal de gás da Petrobras em Itabuna (BA), parte do Gasoduto Sudeste-Nordeste

Depois de mais de um ano de negociações, o governo concluiu o texto do novo marco do setor de gás natural e trabalha para aprovar as mudanças no Congresso até o fim do ano. O resultado, porém, desagradou parte das empresas do setor, que ameaçam ir à Justiça.

A possibilidade de conflito é admitida pela própria ANP (agência regulatória do setor). Em entrevista após sua posse nesta quinta (19), o diretor da agência Cesário Cecchi, especialista no setor, disse ver "potencial de judicialização um pouco elevado".

As críticas são mais fortes entre as distribuidoras estaduais de gás canalizado, uma vez que o texto transfere para a ANP a atribuição de regular o mercado livre de gás natural, hoje nas mãos dos Estados. O segmento tem o poder de mobilizar bancadas contra a proposta.

A revisão do marco regulatório é parte de uma série de mudanças legislativas propostas pelo Ministério de Minas e Energia desde o início do governo Temer e tem como objetivo adequar as regras à redução da presença da Petrobras no setor. O novo marco vai substituir a Lei do Gás, aprovada em 2009. O ministério defende que as mudanças vão garantir a atração de investidores privados para o setor e prevê investimentos de R\$ 50 bilhões até 2030.

O texto, ao qual a **Folha** teve acesso, foi apresentado ao setor na segunda (16). O relator do projeto de lei será o deputado Marcus Vicente (PP-ES), que estipulou o dia 25 de outubro como prazo final para contribuições do mercado.

O projeto altera o modelo de contratos de compra e venda de gás natural no país, para permitir que uma empresa retire o combustível em qualquer ponto do país, independente do ponto de entrada. Dessa forma, produtores de gás no Rio, por exemplo, podem vender o produto no Sul ou no Nordeste.

É um modelo semelhante ao do setor elétrico, no qual a diversidade de vendedores e compradores é maior. No gás, até agora, a Petrobras é a única vendedora.

O governo desistiu de criar um operador nacional do mercado de gás, nos moldes do setor elétrico, optando pela implantação de gestores regionais dos gasodutos.

A avaliação é que, durante um período de transição, os três grandes operadores de gasodutos do país terão condições de cumprir o papel.

O projeto de lei define ainda a atividade de estocagem de gás em reservatórios de petróleo abandonados, que funcionariam como os lagos das hidrelétricas, para regular o mercado em tempos de maior consumo para suprir eventuais problemas na produção ou importação.

Para as distribuidoras de gás canalizado, porém, o projeto é inconstitucional. "Em todos os mercados que foram abertos no mundo, os governos estipularam um período de transição", argumenta Augusto Salomon, presidente da Abegás, associação que reúne as empresas do setor.

As empresas alegam ainda que o texto pode aumentar os preços do gás, ao permitir que grandes clientes paguem tarifas menores pelo uso de dutos dedicados, ao invés de compartilhar os custos da rede com outros consumidores.

Produtores de gás, incluindo a Petrobras, e empresas interessadas em chegar ao mercado brasileiro, porém, estão de acordo com a proposta.

"Tem alguns pontos para serem ajustados, mas, no geral, é o consenso do mercado", afirmou Emmanuel Delfosse, diretor de gás da francesa Engie, apontada como interessada em ativos de transporte e distribuição de gás no país.

Grandes investidores criticam acúmulo de poder por indústria de tecnologia

20/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Justin Sullivan/AFP



Dois dos principais investidores em start-ups de tecnologia criticaram o poder que empresas como Facebook acumularam e defenderam, durante uma conferência do setor na quarta-feira (19), a necessidade de redistribuição de riqueza.

Bill Maris, que fundou o braço de capital de risco da Alphabet e agora administra o fundo de risco Section 32, e Sam Altman, presidente da aceleradora de empresas Y Combinator, disseram que o descontentamento generalizado sobre a desigualdade de renda ajudou a eleger o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e colocou ricas empresas de tecnologia na mira.

"Eu sei que a retaliação ao setor de tecnologia vai ser forte", disse Altman. "Temos poder e riqueza cada vez mais concentrados."

O valor de mercado das chamadas "Big Five" de tecnologia —Alphabet, Apple, Amazon, Microsoft e Facebook— duplicou nos últimos três anos para mais de US\$ 3 trilhões. O Vale do Silício acumulou riqueza significativa durante o boom tecnológico mais recente. Altman e Maris falaram no último dia da conferência DLive Technology, promovida pelo "Wall Street Journal".

O papel do Facebook em facilitar o que as agências de inteligência dos EUA identificaram como interferência russa na eleição presidencial norte-americana em 2016 é um exemplo do imenso poder que a rede social acumulou, disseram os investidores.

"As companhias que costumavam ser divertidas e inovadoras e interessantes e benevolentes estão agora interferindo em nossas eleições", disse Maris.

Altman afirmou que as pessoas "estão compreensivelmente desconfortáveis com isso". Ele negou que vai disputar eleição para governador da Califórnia no próximo ano e disse que espera mais demandas do público e de legisladores sobre medidas de proteção à privacidade, além de limitação às informações pessoais que Facebook e outras empresas podem recolher.

Maris afirmou que as autoridades teriam bons motivos para forçar a divisão das maiores empresas de tecnologia. "Essas empresas são mais poderosas do que a AT&T jamais foi", afirmou.

O Facebook afirmou no mês passado que descobriu uma operação provavelmente baseada na Rússia que investiu US\$ 100 mil em propaganda política e criou 470 contas e páginas falsas que disseminaram visões políticas e sociais polarizadoras.

Altman e Maris, porém, apresentaram poucos detalhes sobre como promover uma redistribuição da riqueza.

Maris propôs mandatos mais curtos para autoridades eleitas e uma simplificação do código tributário. Altman defendeu política de renda mínima, uma proposta de luta

contra a pobreza na qual todos os cidadãos receberiam do governo um salário regular e incondicional.

Arrecadação do governo com Refis encosta em R\$ 11 bilhões em setembro

20/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O governo federal arrecadou R\$ 105,5 bilhões em setembro, um aumento de 8,6% ante o mesmo período de 2016.

Pelo segundo mês seguido a arrecadação do governo apontou resultados positivos, o que está sendo interpretado pelo governo como uma recuperação das receitas públicas, na esteira de uma retomada da atividade econômica.

A arrecadação em setembro é a melhor para o mês desde 2015.

Com o Refis, o governo arrecadou R\$ 3,4 bilhões no mês.

No ano, o governo já recolheu R\$ 10,9 bilhões com o programa de parcelamento de dívidas com o fisco, cujo prazo de adesão segue aberto até 31 de outubro.

De janeiro a setembro, a arrecadação do governo federal somou R\$ 968 bilhões, alta de 2,4% ante o mesmo período de 2016.

"Destacamos a recuperação da atividade, os parcelamentos e o aumento do PIS/Cofins em combustíveis e a arrecadação de entidades financeiras", afirmou Claudemir Malaquias, chefe de estudos tributários e aduaneiros da Receita, ao comentar os números de setembro.

GASOLINA

O resultado positivo foi influenciado pelo recolhimento de PIS/Cofins, que aumentou 10,54% no mês.

Os indicadores de consumo e vendas do comércio melhoraram em setembro, segundo frisou Malaquias, o que contribuiu para a arrecadação do tributo. Porém, em setembro, a receita com as novas alíquotas sobre os combustíveis passou a entrar integralmente na arrecadação federal.

O imposto aumentou no fim de julho e a arrecadação de setembro reflete a atividade em agosto.

Da mesma maneira, os indicadores positivos da produção industrial em agosto impulsionaram a arrecadação do IPI, principalmente o que incide sobre os automóveis, que subiu 83% em relação a setembro de 2016.

Malaquias enfatizou que, até o mês passado, o IPI era basicamente carregado por resultados positivos na indústria alimentícia e química. O diferencial de setembro é a inclusão da automobilística, cujos efeitos disseminadores noutras indústrias podem contribuir para arrecadação.

O técnico também atribuiu à ligeira melhora nos indicadores de emprego para explicar o aumento na arrecadação da receita previdenciária (+5,87%) e no Imposto de Renda retido na fonte (+10%).

Segundo o chefe dos estudos tributários da Receita, os setores que mais pagam impostos estão se recuperando, o que é uma boa notícia para o fisco.

"Continuando esses indicadores [de atividade] a arrecadação também seguirá nessa trajetória positiva", afirmou.

Retirando os efeitos atípicos do Refis e do PIS/Cofins sobre os combustíveis, a arrecadação subiu 5,19% ante setembro de 2016. Isso denota, segundo Malaquias, os efeitos da recuperação na atividade na arrecadação.

Na próxima divulgação, sobre a arrecadação de outubro, porém, a Receita já prevê um recuo na arrecadação, uma vez que 2016 foi influenciado pela arrecadação do programa de regularização de ativos no exterior.

Assaltada por políticos, Caixa pede socorro aos contribuintes

20/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em conversas reservadas com esta colunista, mais de um empresário relatou como funcionava a quadrilha que se instalou na Caixa Econômica Federal. Bastava entrar com um pedido de financiamento no banco que Lúcio Funaro batia na sede da companhia, trazido casualmente por um conhecido em comum.

Ele oferecia seus contatos para garantir a liberação do empréstimo. O dinheiro só saía depois de paga a comissão do doleiro pelos "serviços" prestados.

Se o empresário não cedia, o banco colocava todo o tipo de empecilho.

O contato de Funaro era Geddel Vieira Lima, que ocupava uma das vice-presidências da Caixa por indicação de Michel Temer, seu amigo de longa data e hoje presidente da República após o impeachment de Dilma Rousseff.

Com o esquema revelado pelas investigações do Ministério Público e da Polícia Federal, Geddel e Funaro estão na cadeia. A governança do banco, no entanto, continua sofrível.

Segundo reportagem desta **Folha**, oito vice-presidências da Caixa são ocupadas por aliados políticos do mesmo Michel Temer.

Para que esses partidos querem um posto de comando na Caixa?

Além da corrupção pura e simples, os políticos se serviram à vontade dos cofres do banco para manter políticas econômicas equivocadas que rendessem dividendos eleitorais.

O exemplo mais gritante é o Minha Casa Melhor, que oferecia financiamento subsidiado para a compra de eletrodomésticos. O programa ajudou a reeleger Dilma e deixou para trás uma inadimplência de mais de 30%.

Como não existe almoço grátis em economia, aconteceu o que era previsível e vinha sendo especulado há bastante tempo: depois de ser assaltada pelos políticos, a Caixa pede socorro aos contribuintes.

Gilberto Occhi, presidente do banco, bateu na porta do Ministério da Fazenda dizendo que precisa de dinheiro.

O banco já vem atrasando a liberação de financiamentos porque não tem recursos para atender a demanda por crédito gerada pela recuperação ainda incipiente da economia e, ao mesmo tempo, cumprir as regras de seguranças exigidas pelo Banco Central.

A equipe econômica resiste, e a capitalização pode até vir disfarçada de uma troca de ativos com o BNDES, mas não deixará de ser uma injeção de recursos públicos, que poderiam ser mais bem utilizados em outros fins do que para cobrir um rombo que ninguém tem clareza de quanto é.

Para manter empréstimos, Caixa Econômica pede R\$ 10 bilhões ao FGTS

20/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Sem recursos da União, Caixa pede R\$ 10 bi ao FGTS

Sem contar com [recursos da União](#), a Caixa Econômica Federal pediu ao Conselho Curador do FGTS R\$ 10 bilhões em empréstimos sem prazo para pagar.

A operação, que ainda está sob avaliação, deve ser feita por meio de Letras Financeiras que serão adquiridas pelo FGTS. O fundo receberá anualmente uma correção corresponde aos juros da Selic (hoje em 8,25%) mais 1,20%.

Sem esse dinheiro, a Caixa não terá como cumprir as regras regulatórias de "segurança" bancária para concessão de empréstimos.

Hoje, para cada R\$ 100 em empréstimos, os bancos têm de entrar com pelo menos R\$ 11 de capital próprio. Esse índice vai ficar mais rígido a partir deste ano e do próximo, podendo a chegar, em alguns casos a R\$ 13.

O presidente da Caixa, Gilberto Occhi, chegou a pedir ao presidente Michel Temer um aumento de capital do Tesouro no banco. Mas diante da crise e das restrições orçamentárias, o presidente negou o pedido.

Por isso, o banco passou a estudar medidas alternativas. A operação com o FGTS é uma das delas, mas só resolverá o problema de capitalização do banco até o próximo ano.

Paralelamente, a Caixa aposta em outra saída: a venda de cerca de R\$ 10 bilhões da carteira de infraestrutura. O BNDES, que tem folga de recursos, seria o comprador. Mas a Caixa mantém conversa com outros interessados.

Pessoas que participam das conversas afirmam que as duas medidas devem ser tomadas.

REESTRUTURAÇÃO

Essas medidas vêm no momento em que a Caixa passa por uma reestruturação interna.

O novo estatuto do banco definirá regras para dificultar as indicações políticas na Caixa que, justamente por interferências de governo, esteve no centro das operações das "pedaladas fiscais" que levaram ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

A ingerência de partidos, que indicaram representantes para oito das 12 vice-presidências da Caixa, também colocou o banco nas investigações da Lava Jato.

O conselho de administração do banco discute mudanças nas regras de governança para enquadrar a instituição na Lei das Estatais. A legislação determina que todas as empresas públicas devem se adequar às novas regras até junho do próximo ano.

Setor de serviços acumula alta de 4,2% em oito meses

20/10/2017 – Fonte: Agência de Notícias – Governo do Paraná

No acumulado de janeiro a agosto, as empresas do segmento aumentaram suas vendas na comparação com o mesmo período do ano passado. Dados da Pesquisa Mensal de Serviços mostram que o Paraná e o Mato Grosso foram os únicos Estados a terem resultados positivos no período.

O setor de serviços está deixando a crise para trás. No acumulado de janeiro a agosto, as empresas do segmento aumentaram em 4,2% suas vendas na comparação com o mesmo período do ano passado.

Os dados, da Pesquisa Mensal de Serviços (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o Paraná, acompanhado do Mato Grosso (5,6%) foram os únicos Estados a terem resultados positivos no período. Em todo Brasil, o setor acumula queda de 3,8%.

A demanda por serviços no Paraná vem reagindo mais rápido que a brasileira, basicamente devido a dois fatores: a redução da taxa de desemprego e o aumento da geração de vagas com carteira assinada.

“A melhora no mercado de trabalho impulsiona a renda e o consumo e ajuda a movimentar as vendas dos serviços, que dependem exclusivamente do mercado interno”, explica Julio Suzuki Júnior, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes).

A taxa de desocupação no Paraná caiu de 10,3% para 8,9% entre o primeiro e o segundo trimestre do ano, de acordo com o IBGE. Nos primeiros oito meses do ano, o saldo entre admitidos e demitidos com carteira assinada no Estado somou 25,3 mil vagas.

Em agosto, na comparação com o mesmo mês do ano passado, a pesquisa do IBGE mostra que as vendas do setor de serviços cresceram 5,5%. No acumulado de 12 meses terminados em agosto, o Paraná registrou alta de 0,2% no setor. Foi o único Estado a ter resultado positivo nessa comparação.

IMPORTÂNCIA - O setor de serviços representa cerca de 45% da economia estadual e sua retomada, na avaliação de Suzuki Júnior, é fundamental para o Paraná fechar o ano com crescimento.

“Apesar do avanço do comércio exterior, com o bom resultado das exportações de commodities e do setor automotivo, é fundamental que o setor de serviços também volte a crescer. Essa retomada é essencial para que o Paraná feche o ano com aumento do seu Produto Interno Bruto”, diz.

No acumulado do ano, os serviços prestados às famílias tiveram a maior alta, com 14,7%, seguido pelos serviços de transportes, serviços auxiliares dos transportes e correios, com aumento de 13,6% nas vendas.

“Esse último segmento foi influenciado pela movimentação da safra agrícola nos primeiros meses do ano e agora, com o fim da safra, está sendo impactado pelo aumento da movimentação de mercadorias em geral. O transporte de passageiros também está crescendo”, diz.

Serviços profissionais, administrativos e complementares – como contadores, advogados e arquitetos, dentre outros - tiveram avanço de 4,1%. As atividades prestadoras de informação e comunicação, por sua vez, tiveram queda de 5,3%.

“Nesse caso essa queda é provocada pela substituição de tecnologia, como por exemplo os serviços de TV a cabo pelos de streaming ou do telefone pelos aplicativos de mensagem”, diz Suzuki Júnior. Embora seja uma mudança estrutural com o desenvolvimento de novas tecnologias, ela se acentuou com a crise econômica, quando as famílias optaram por cortar custos.

Monitor do PIB da FGV aponta alta de 0,2% em agosto ante julho

20/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 0,2% em agosto ante julho, estima o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), por meio do Monitor do PIB. No trimestre móvel encerrado em agosto, o avanço foi de 0,6% em comparação ao trimestre imediatamente anterior.

O indicador antecipa a tendência do principal índice da economia a partir das mesmas fontes de dados e metodologia empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo oficial das Contas Nacionais.

“No mês de agosto, a economia continuou a crescer devido a não só o bom desempenho da agropecuária, mas também de segmentos que, apesar de ainda continuarem em níveis muito baixos, já começaram a mostrar sinais de melhora; este é o caso da construção civil e o da formação bruta de capital fixo que são fundamentais para uma recuperação mais consistente da economia a médio e longo prazo”, ressaltou Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB-FGV, em nota oficial.

Em relação a agosto do ano passado, o PIB subiu 2,0% em agosto de 2017, a quarta taxa positiva consecutiva. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o PIB registrou um crescimento de 1,1% no trimestre móvel encerrado em agosto. Os destaques foram os desempenhos da agropecuária (+12,0%), extrativa mineral (+3,5%), indústria da transformação (+1,9%), comércio (+3,5%) e transportes (+2,9%). Houve retração na construção (-6,0%) e serviços de informação (-3,6%).

O consumo das famílias aumentou 1,8% no trimestre móvel terminado em agosto ante o mesmo período de 2016. O consumo de bens não duráveis cresceu 1,3%; o de semiduráveis, 9,0%; e o consumo de duráveis, 9,3%. A única taxa negativa foi a de consumo de serviços (-0,5%), contribuindo com -0,3 ponto porcentual para a média total do consumo das famílias.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) teve retração de 3,0% no trimestre móvel até agosto em relação ao mesmo trimestre em 2016. O componente de máquinas e equipamentos subiu 5,1%, mas a construção encolheu 8,5%.

A exportação apresentou crescimento de 7,3% no trimestre móvel encerrado em agosto, enquanto a importação teve retração de 0,3%.

O PIB acumulado em 2017 até o mês de agosto totalizou R\$ 4,368 trilhões em valores correntes.

IGP-M na 2ª prévia de outubro fica em 0,30%, aponta FGV

20/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) teve alta de 0,30% na segunda prévia de outubro, após o avanço de 0,41% na segunda prévia de setembro. A informação foi divulgada nesta sexta-feira, 20, pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice acumula recuo de 1,81% no ano e redução de 1,30% em 12 meses.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem a segunda prévia do IGP-M de outubro. O IPA-M, que representa os preços no atacado, subiu 0,36%, ante uma alta de 0,63% na segunda prévia de setembro.

O IPC-M, que corresponde à inflação no varejo, apresentou alta de 0,24%, depois da redução de 0,10% na segunda prévia de setembro. Já o INCC-M, que mensura o custo da construção, teve alta de 0,11% na prévia de outubro, ante aumento de 0,22% na segunda prévia de setembro.

O IGP-M costuma ser usado como referência para reajuste de contratos de aluguel. O período de coleta de preços para cálculo do índice foi de 21 de setembro a 10 de outubro. No dado fechado do mês passado, o IGP-M teve alta de 0,47%.

IPAs

Os preços dos produtos agropecuários subiram 0,60% no atacado na segunda prévia de outubro do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M). Na mesma prévia de setembro, houve queda de 0,44%.

Já os produtos industriais no atacado tiveram aumento de 0,27% na segunda prévia de outubro, ante uma elevação de 0,99% na segunda prévia de setembro.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os bens finais subiram 0,39% na segunda leitura de outubro, após uma queda de 0,11% na segunda prévia de setembro.

Os preços dos bens intermediários tiveram alta de 1,29% na leitura de outubro, após a alta de 0,35% na mesma prévia do mês passado. Os preços das matérias-primas brutas caíram 0,80% na segunda prévia de outubro, depois de terem aumentado 1,91% na mesma leitura do mês de setembro.

Chefe da fiscalização do Ministério do Trabalho pede a ministro revogação de portaria do trabalho escravo; norma é 'ilegal' e 'aniquila' lista suja, afirma

20/10/2017 – Fonte: G1

G1 obteve nota técnica enviado pelo subordinado do ministro Ronaldo Nogueira, responsável por portaria polêmica desta semana.

Um ofício assinado pelo Secretário de Inspeção do Trabalho classifica como dispositivos "manifestamente ilegais" dispositivos da Portaria que regulamenta o trabalho escravo, divulgada na última semana, e pede a revogação da norma.

O documento, elaborado na quarta-feira, foi enviado ao Ministro do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira, nesta quinta-feira (19). O Ministério do Trabalho e Emprego não respondeu até a publicação desta reportagem especificamente sobre o conteúdo do documento, mas reiterou a defesa da portaria.

A nota técnica, feita por um órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, pede que a pasta avalie a revogação imediata da portaria nº 1.129/2017, que define regras que só consideram o trabalho análogo à escravidão se houver restrição de locomoção do trabalhador. No documento, vários dispositivos da portaria são citados como "manifestamente ilegais". Órgãos como MPT e MPF pediram a revogação da norma.

A nota também é assinada também pela Divisão de Fiscalização da Erradicação do Trabalho Escravo. Uma das principais reclamações é que, de acordo com a nova portaria, teriam que constar, obrigatoriamente, nos autos de infração, alguns elementos como: a existência de segurança armada diversa da proteção ao imóvel;

impedimento de deslocamento do trabalhador; servidão por dívida e existência de trabalho forçado e involuntário pelo trabalhador. Segundo a nota, a definição restringe e deixa ainda mais vulnerável a configuração de trabalho análogo ao de escravo pela fiscalização.



Ofício em que secretário pede revogação de portaria sobre trabalho escravo (Foto: Reprodução/G1)

O cerceamento de liberdade, que no texto da portaria é tratado como restrição da liberdade de ir e vir, é tratado pela legislação internacional, de acordo com a nota técnica, como algo mais 'sutil' do que nos séculos 19 e 20. "Pode ser feito não só mediante coação, também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno".

O documento ainda questiona a divulgação e cadastro de empresas na "lista suja" do trabalho escravo estar vinculada diretamente ao ministro. Segundo a nota, a portaria afronta os princípios da publicidade e transparência dos atos administrativos.

Os trabalhos feitos anteriores à publicação da portaria estariam sujeitos a análise usando os parâmetros da própria decisão. Segundo os autores da nota, isso irá "aniquilar" todo o trabalho feito até março de 2017, última vez em que o cadastro de empresas foi atualizado.

Secretária afirma que há paralisações

A secretária de Direitos Humanos do governo Temer, Flavia Piovesan, diz que a paralisação de auditores fiscais existe e que o desobedecimento à portaria está sendo recomendada até pelo secretário de inspeção do trabalho do Ministério de Ronaldo Nogueira.

"Isso se confirma. Houve um memorando feito pelo secretário de inspeção do trabalho do Ministério do Trabalho, salientando o quanto a portaria viola frontalmente o código penal, a constituição e tratados internacionais e recomendando aos auditores que ela (a portaria) não deveria ser observada", explicou Piovesan, após participar de uma reunião nacional das Comissões de Combate ao Trabalho Escravo na UFRJ, na Zona Sul do Rio, nesta quinta-feira (19).

No documento citado por Piovesan, o secretário de inspeção pede para que os auditores mantenham as práticas vigentes até a publicação da norma do Ministério Público.

Um outro memorando enviado nesta quinta e assinado por chefes de fiscalização de vários estados, diz que, diante da "insegurança jurídico-administrativa", é impossível

manter o planejamento atual, e que ocorrerá uma "paralisação momentânea das ações fiscais" até que a situação seja resolvida.

Segundo ela, o próprio ministério não esperava essa repercussão, e o governo Temer já está sendo pressionado pela revogação, inclusive pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

"A atual Procuradoria-Geral da República, Raquel Dodge, esteve com o ministro do Trabalho e fixou prazo de 10 dias para que houvesse esclarecimento de alguns pontos, e que se não houvesse a revogação da portaria, haveria judicialização. E acredito que o Supremo tribunal Federal, se for necessário, honrará seu compromisso com a vontade constitucional", disse Flávia, confiante.

Em nota, o Ministério do Trabalho e Emprego afirmou que já se manifestou a respeito da portaria (Leia a nota na íntegra abaixo). A pasta não confirma se houve paralisações de auditores fiscais das comissões de fiscalização de erradicação do trabalho escravo e explica que "confia na responsabilidade dos auditores fiscais e na função que desempenham junto ao órgão".



CONCLUSÃO

81. Diante de todo o exposto, estando demonstradas as diversas violações legais e alterações prejudiciais aos interesses sociais e individuais indispensáveis, que configuam equívocos referentes na política brasileira de combate e erradicação do trabalho análogo ao escravo, resta evidente que a Portaria nº 1.129/2017 constitui um ato administrativo manifestamente ilegal.

82. Sendo o que havia a informar, submetemos a presente Nota Técnica a consideração superior para as providências que julgarem cabíveis.

Brasília, 18 de outubro de 2017.

LUIZA FERREIRA KASIER
Auditora Fiscal do Trabalho
Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo

De acordo. Assino os fundamentos e encaminhamentos da Nota Técnica, que ora submeto à apreciação do Sr. Secretário de Inspeção substituto com proposta de aprovação.

Brasília, 18 de outubro de 2017.

MAURICIO KRZYSZYK FAGUNDES
Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo

Aprovo a Nota Técnica.

Brasília, 18 de outubro de 2017.

JÓÃO PAULO FERREIRA MACHADO
Secretário de Inspeção de Trabalho substituto

30 de 30

"O Ministério do Trabalho publicou, na edição de hoje do Diário Oficial da União, Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, que aprimora e dá segurança jurídica à atuação do Estado Brasileiro, ao dispor sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo, para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização promovida por auditores fiscais do trabalho, bem como para inclusão do nome de empregadores no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 15.05.2016.

Entre as principais medidas decorrentes da portaria estão as seguintes: a partir de agora, uma investigação criminal será aberta de forma simultânea à emissão do auto de infração; a Polícia Federal estará inserida nas ações; e as multas terão aumentos que, em alguns

Trecho em que secretário e chefes de fiscalização apontam ilegalidades em nova norma do trabalho escravo (Foto: Reprodução/G1)

O combate ao trabalho escravo é uma política pública permanente de Estado, que vem recebendo todo o apoio administrativo desta pasta, com resultados positivos concretos relativamente ao número de resgatados, e na inibição de práticas delituosas dessa natureza, que ofendem os mais básicos princípios da dignidade da pessoa humana.

Reitera-se, ainda, que o Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores à condição análoga a de escravo é um valioso instrumento de coerção estatal, e deve coexistir com os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório."

Em ato, associações pedem revogação de portaria sobre trabalho escravo

20/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Alessandro Molon e deputados da oposição durante ato contra a portaria sobre trabalho escravo

Em ato realizado na Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (19), as associações representativas da Justiça, Ministério Público e auditores ligados à questão trabalhista defenderam a revogação da recente portaria do governo sobre o tema e a classificaram como uma "liberação ao trabalho escravo".

O protesto foi organizado por integrantes da Rede, PSB e PT, que defendem a aprovação já na semana que vem de um decreto legislativo para sustar os efeitos da norma.

"Essa portaria acaba, na prática, com o combate ao trabalho escravo no país", afirmou o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ).

A portaria 1.120/2017, assinada pelo ministro Ronaldo Nogueira (PTB), traz, entre outros pontos, restrições à divulgação da "lista suja" de empregadores flagrados por trabalho escravo e novos conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condição degradante, incluindo, para que haja a identificação destes casos, a ocorrência de "privação da liberdade de ir e vir" -o que não constava nas definições adotadas anteriormente.

"Esperamos que o ministro do Trabalho retome a sua sanidade mental e revogue essa portaria", afirmou o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Fernando da Silva Filho. Ele disse que a paralisação dos auditores em 21 Estados se estenderá para uma greve geral da categoria na quarta-feira (25).

Também presente ao ato, o presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Guilherme Guimarães Feliciano, afirmou que a portaria ameaça a independência do Legislativo e dos juízes do trabalho. "O Brasil foi o último país da América Latina a abolir formalmente a escravidão. Que não seja o primeiro a reabrir as portas para ela."

"Essa não é uma portaria, é uma porcaria", discursou o líder da bancada do PSB na Câmara, Júlio Delgado (MG). Para a deputada Érika Kokay (PT-DF), o argumento da bancada ruralista, de que a nova norma traz segurança jurídica aos empregadores, representa na verdade "segurança jurídica para a prática do trabalho escravo".

Aliado do governo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não se manifestou, até a publicação desta reportagem, se vai colocar em votação o projeto de decreto legislativo que revoga a portaria. Nem a opinião que tem sobre seu teor. O Ministério do Trabalho não se manifestou.

Artigo: Portaria do trabalho escravo: pontos positivos e negativos

20/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo



Arquivo Gazeta do Povo

Como um todo, a recente portaria publicada pelo Ministério do Trabalho é uma excelente notícia. Ela aproxima a definição brasileira de trabalho análogo à escravidão a aquela usada pela Organização Internacional do Trabalho e a maioria dos países (França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, entre dezenas de outros). Mas é fato que portaria poderia melhorar. Destaco a seguir alguns pontos negativos e positivos:

NEGATIVOS

Muito poder ao ministro

A portaria determina que a lista suja dos empregadores acusados de manter trabalho será divulgada no site do Ministro do Trabalho apenas por determinação do ministro. Isso é um convite à corrupção. É fácil imaginar casos de ministros e seus assessores recebendo propina para não divulgarem a lista suja. Seria melhor se a portaria tivesse determinado um prazo, uma exigência ou um período fixo para a divulgação da lista.

É uma portaria

Portarias servem para definir com precisão termos presentes nas leis. Há muito tempo os envolvidos no assunto esperavam uma portaria para definir o que é trabalho escravo no Brasil. Até aí, nada de errado com a portaria do Ministério do Trabalho. O problema é que trechos do documento parecem contradizer, em vez de especificar, o artigo 149 do Código Penal, que parece deixar claro que não é necessária restrição de liberdade para haver condição análoga à de escravo. Veja:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Nesse caso, então, teria sido bem melhor se a mudança viesse pelo Congresso, com um novo texto para a lei, e não via portaria ministerial.

POSITIVOS

Definição mais precisa

A mudança mais relevante é que a caracterização de trabalho análogo à escravidão, condição degradante ou jornada exaustiva agora exige de restrição de liberdade (seja por ameaça, restrição de documentos ou não fornecimento de transporte para funcionários em locais isolados).

A portaria aproxima a definição brasileira daquela usada pela Convenção 20 da OIT e por todos os países civilizados, para quem trabalho escravo, diferente do trabalho degradante, precisa ser não-voluntário (com exceção do serviço militar e do pagamento de impostos).

Menos confusão

A definição mais precisa evitará a confusão, criada por muitos fiscais e avistas, entre irregularidade trabalhista e trabalho escravo. Muitas empresas já tiveram a reputação manchada por denúncias escandalosas de escravidão porque havia fios desencapados no banheiro dos alojamentos ou as camas estavam próximas demais. Anos depois, foram inocentadas na Justiça. Isso acontece em mais de 90% dos processos criminais.

Exigência de policiais

As operações de combate ao trabalho escravo costumam iniciar um processo trabalhista e uma denúncia criminal que, como eu disse acima, quase sempre resulta em absolvição. A exigência da presença de uma autoridade policial e de um boletim de ocorrência dará mais consistência à acusação criminal. Também deve impedir casos de corrupção entre os fiscais, pois agentes de órgãos diferentes atuando juntos ficam mais inibidos a pedir propina.

Leandro Narloch - jornalista e autor best seller do Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil.)

Com fim do Inovar-Auto, importadoras de veículos voltam a investir no Brasil

20/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

As empresas importadoras de veículos vão retomar investimentos e reabrir concessionárias fechadas nos últimos cinco anos, período em que vigorou no País o Inovar-Auto, regime automotivo que prejudicou as importações com imposto extra.

O programa que termina no fim do ano estabeleceu alíquota extra de 30 pontos percentuais de IPI para veículos fabricados fora do Mercosul e do México e, com isso, as vendas de modelos vindos de fora da região caíram de 112,6 mil unidades em 2013 para cerca de 27 mil neste ano. A queda foi acentuada também pela crise econômica.

A maior importadora de veículos do Brasil, a Kia Motors, anunciou ontem que pretende investir R\$ 165 milhões no País em 2018. O aporte será destinado, em parte, à abertura de 25 concessionárias da marca, o que deve gerar 1,3 mil empregos. A marca coreana chegou a ter 180 lojas em 2011 e hoje tem 90, informa o presidente do grupo, José Luiz Gandini.

Até o fim deste ano, ainda sob as regras do Inovar-Auto, a Kia espera vender 8 mil veículos no Brasil. Para o ano que vem, sem a sobretaxação no IPI, a expectativa é chegar a 20 mil unidades. A montadora já encomendou 5 mil, produzidos nas fábricas na Coreia do Sul e no México, para vender no início do ano que vem.

“Com isso, a Kia poderá iniciar janeiro com maior volume de veículos em estoque para comercialização, contribuindo, em 2018, com recolhimento de impostos aos cofres públicos da ordem de R\$ 1,2 bilhão”, diz Gandini.

A JAC Motors tinha 70 pontos de venda em 2011 – o grupo SHC iniciou as vendas de carros chineses no País em março daquele ano. Atualmente são 35 concessionárias. “Já estamos negociando a abertura de nove pontos até o próximo ano”, informa o presidente da empresa, Sérgio Habib.

As vendas da marca, que no primeiro ano de atividade chegaram a 23,7 mil automóveis, devem somar 4,5 mil unidades em 2017. Para 2018, a projeção, sem o Inovar-Auto, é de atingir 10 mil. “A partir de 2018, a gente volta a vender o que tem competência para vender, e não o que a cota determina”, afirma Habib. Além do imposto extra, as importações estão limitadas a 4,8 mil carros por marca.

No caso da chinesa Lifan, que deve vender este ano cerca de 3 mil veículos, a expectativa é de crescimento de 20% a 25% em 2018. A importadora atualmente traz

veículos montados no Uruguai, para escapar das regras do Inovar-Auto, mas a fábrica local produz apenas três modelos voltados ao mercado brasileiro. Sem as regras restritivas, será possível complementar a linha com modelos vindos da China e dois deles já estão nos planos da Lifan: os utilitários-esportivos X70 e X80.

Fôlego

Gandini, que também preside a Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa), diz que há uma demanda reprimida por vários modelos importados, mas aposta em uma retomada gradual das vendas, com projeção de 40 mil unidades para o próximo ano.

“Vai ser muito difícil recuperar o volume de vendas que tivemos em anos como 2011 (quase 250 mil unidades) e 2013 (112,6 mi), pois perdemos competitividade nesse período”, afirma Gandini.

Os importadores independentes (sem fábricas no País) chegaram a ter 850 revendas há cinco anos, número que caiu para 450. Em 2012, os importados representavam 5,6% das vendas totais de automóveis e comerciais leves, participação que hoje é de 1,3% e num mercado bem menor do que era na época.

O Rota 2030, programa que vai substituir o Inovar-Auto, terá prazo de 15 anos de duração. Ele ainda está sendo discutido entre montadoras, importadores, empresas da cadeia automotiva e governo, e deve ser anunciado até o fim do ano.

Os 30 pontos extras do IPI serão suspensos, até porque essa regra foi condenada pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas deve conter outra elevação de IPI, de 10 pontos, que poderá ser abatida com o cumprimento de metas como eficiência energética e segurança.

Mesmo que essa nova alíquota entre em vigor, Gandini diz que os planos de voltar a crescer nos próximos anos estão mantidos pois, desta vez, “a regra vai valer para todos, montadoras e importadores.”

Banco Mercedes atinge R\$ 300 mi em novos contratos em agosto

20/10/2017 – Fonte: Automotive Business



O **Banco Mercedes** atingiu em agosto R\$ 300 milhões em **novos contratos**, o melhor resultado nos últimos 21 meses. Na comparação com o mesmo mês de 2016, o crescimento registrado foi de 45%. O resultado revela a tendência de retomada do mercado, que vem sendo observada desde junho.

“O principal destaque no oitavo mês do ano foi o segmento de carros de passeio, em que atingimos o nosso recorde de automóveis financiados”, comemora o presidente do banco Mercedes-Benz, Christian Schüller. Na avaliação do executivo, o volume de novos negócios do banco em 2017 deve superar em mais de 10% o ano anterior.

“E a Fenatran ocorre em um momento oportuno, impulsionando a retomada do mercado neste último trimestre”, afirma Schüller. Com isso, a carteira deve fechar em torno de R\$ 8 bilhões em 2017, patamar similar a 2016, sinalizando estabilidade. Para 2018 a expectativa é de crescimento da carteira.

Continental cresce no fornecimento de pneus comerciais

20/10/2017 – Fonte: Automotive Business

Em 2016 empresa elevou participação nas vendas a fabricantes



A divisão de **pneus da Continental** no Brasil dobrou em 2016 sua participação no **fornecimento direto aos fabricantes** locais de veículos comerciais e carretas, manteve a posição este ano e também seguiu em crescimento o mercado de reposição. Com isso, conseguiu compensar em parte do severo recuo das vendas de caminhões, ônibus e implementos nos últimos três anos.

“Aumentamos nossa fatia e por isso os negócios caíram menos do que a média do mercado”, explica Renato Martins, gerente de vendas América do Sul de equipamento original para veículos comerciais.

Atualmente, 100% dos pneus fornecidos pela Continental aos fabricantes de veículos comerciais no Brasil são produzidos localmente, na fábrica de Camaçari (BA), inaugurada há 10 anos, que após sucessivas ampliações opera perto do limite de sua capacidade de 1 milhão de pneus por ano, com 2 mil empregados.

“A nacionalização nos faz crescer na participação de fornecimento direto, porque as montadoras tinham poucas opções e têm por estratégia comprar pneus do maior número de fornecedores possível, para que ninguém fique com muito mais do que 20%”, diz Martins. Ele conta que no último ano ampliou significativamente as vendas diretas principalmente para a MAN Latin America e Scania.

“Hoje fornecemos para quase 100% dos fabricantes de caminhões e ônibus e temos grande participação também nas carretas”, conta o executivo. Com preços mais elevados e fornecimento de maior número de unidades por veículo, os pneus de carga representam cerca de 50% do faturamento da operação brasileira da Continental, que dedica 90% da produção em Camaçari ao mercado doméstico.

Os 10% exportados vão principalmente para os Estados Unidos, que possivelmente comprará menos após a inauguração prevista para breve de sua planta no Mississipi, que nascerá com tamanho parecido da unidade no Brasil.

A Continental não revela qual é o percentual de pneus produzidos para veículos comerciais em Camaçari e nem a participação dos mercados de reposição e original nas suas vendas. Martins apenas diz que as compras do aftermarket são mais de três vezes maiores do que das fábricas.

Na América do Sul a Continental também tem fábrica de pneus no Equador, que no mercado original já fechou contrato de fornecimentos para ônibus que serão montados pela Hyundai no país.

A região sul-americana figura entre as três maiores da divisão de pneus e por isso é uma das prioridades dentro da meta da companhia alemã de se tornar um dos três maiores do setor no mundo.

Bosch transfere chaves para o smartphone

20/10/2017 – Fonte: Automotive Business



A **Bosch** está mostrando um sistema que transforma o smartphone nas **chaves** de carro, o Perfectly Keyless. Ele permite o acesso ao interior do veículo e a partida do motor sem a necessidade das chaves tradicionais.

Ao se aproximar do veículo, o smartphone do motorista é reconhecido pelos sensores de bordo. “Uma vez que a identificação é realizada, o carro se destrava sem a necessidade da chave metálica, que também é desnecessária para dar a partida ou travá-lo no fim da viagem”, afirma Harald Kröger, presidente da divisão de Eletrônica Automotiva da Bosch.

O dono do veículo também pode liberar o acesso a outros motoristas por um aplicativo no qual uma chave virtual é enviada pela nuvem para outros smartphones, de forma segura contra acessos não autorizados. Isso permitirá que provedores de serviço de compartilhamento de carros e operadores de frotas ou locadoras gerenciem o acesso e as chaves com flexibilidade.

O Perfectly Keyless é uma chave digital e para usá-lo o motorista faz o download de um aplicativo em seu smartphone, que se conecta ao carro e gera uma chave de segurança individual. Ela servirá apenas na fechadura digital do respectivo veículo. O sistema se conecta aos sensores de bordo e mede a distância do veículo e do smartphone para identificar a chave de segurança.

As portas se destrancam quando o aparelho telefônico se aproxima a menos de dois metros do carro. Ao mesmo tempo, o espelho retrovisor e o assento também poderão ser regulados automaticamente, de acordo com especificações predeterminadas. Além disso, quando o Perfectly Keyless detecta o smartphone dentro do veículo, o motor pode ser ligado apenas apertando o botão de ignição.

Segundo a Bosch, para que o recurso funcione, a montadora deve instalar sensores de proximidade e uma unidade de controle no veículo. Essa unidade também administra a chave de segurança digital e garante que os sistemas de smartphone, nuvem e veículo se comuniquem adequadamente.

Se o usuário perder o celular, a chave digital poderá ser desativada on-line. O acesso ao veículo é bloqueado tanto para o proprietário quanto para os usuários autorizados e terceiros.

Um novo smartphone pode ser conectado ao veículo a qualquer momento e uma nova chave de segurança individual será gerada. A chave convencional continua funcionando normalmente nesse período.

Ainda de acordo com a Bosch, o Perfectly Keyless se difere de outros sistemas de acesso sem chave já existentes no mercado, que ainda possuem uma chave física equipada com o chip, o que significa que o motorista continua dependendo dela sempre por perto.

Consumo de energia elétrica no Brasil sobe 4,6% entre 1º e 16 de outubro, diz CCEE

20/10/2017 – Fonte: Reuters

O consumo de energia elétrica no Brasil subiu 4,6 por cento entre os dias 1º e 16 de outubro, ante igual período de 2016, segundo dados preliminares da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) divulgados nesta quinta-feira.

No mercado cativo, em que o consumidor é atendido pelas distribuidoras de energia, houve alta de 2,8 por cento no consumo, com impacto da migração de clientes para o mercado livre, onde grandes consumidores podem negociar contratos diretamente com geradores.

O ambiente livre, por sua vez, registrou aumento de 9,4 por cento no consumo, também em reflexo dessa movimentação de clientes. Caso fosse desconsiderada, haveria queda de 1,1 por cento, afirmou a CCEE.

A CCEE também informou que houve alta de 4,4 por cento na geração ao longo do mesmo período.

Combustíveis puxam alta do IPCA-15 de outubro, mostra IBGE

20/10/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os reajustes de preços em combustíveis anunciados pela Petrobras puxaram a alta de 0,34% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15) de outubro, divulgado nesta sexta-feira, 20, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Houve elevação de 5,36% nos combustíveis domésticos, pertencentes ao grupo Habitação, e de 1,29% nos combustíveis de veículos, incluídos no grupo Transportes (0,60%).

O gás de botijão, item do grupo Habitação, subiu 5,72% em outubro, o maior impacto individual sobre o IPCA-15 do mês, o equivalente a 0,07 ponto percentual.

Entre setembro e outubro, a Petrobras anunciou três reajustes nas distribuidoras para o botijão de gás de 13 kg: 12,2% a partir de 6 de setembro; 6,90% a partir de 26 de setembro e 12,9% a partir de 11 de outubro.

No grupo Transportes, a gasolina subiu 1,45% em outubro. Juntos, os grupos Transportes e Habitação responderam por 0,21 ponto percentual do IPCA-15.

Exportações de produtos siderúrgicos somaram 11 milhões de TON nos 9m17, diz IABR

20/10/2017 – Fonte: INDA

Em valores foram US\$ 5,6 bilhões, significando uma expansão de 9,3% em volume e 36% em valor frente ao mesmo período de 2016. Já as vendas de produtos siderúrgicos ao mercado brasileiro ficaram relativamente estáveis no mesmo período do ano.

A produção de aço bruto acumulada de janeiro até setembro de 2017 foi de 25,5 milhões de toneladas, o que equivale a uma elevação de 9,1% quando comparada com o ocorrido no mesmo período de 2016, aponta dados do Instituto Aço Brasil (IABr).

A produção de laminados foi de 16,6 milhões de toneladas no mesmo período, um incremento de 4,7% frente ao acumulado nos nove primeiros meses de 2016.

Vendas internas tem acréscimo de 0,2% — As vendas internas somaram 12,6 milhões de toneladas no acumulado até setembro, o que representa um acréscimo de 0,2% em relação ao mesmo período acumulado de 2016.

O consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos foi de 14,4 milhões de toneladas de janeiro a setembro de 2017. Comparando com o mesmo período do ano anterior, o crescimento foi de 5,0%.

Importações — As importações cresceram 56,8% no acumulado dos nove primeiros meses em 2017 comparativamente ao mesmo período do ano anterior, totalizando 1,8 milhão de toneladas. Esse volume resultou em US\$ 1,7 bilhão de importação, uma alta de 44,4% na mesma base de comparação.

Exportações — As exportações foram de 11,0 milhões de toneladas ou US\$ 5,6 bilhões no acumulado do ano até setembro, o que significa expansão de 9,3% em volume e de 36,0% em valor frente ao mesmo período de 2016.

— Importante ressaltar que os indicadores de produção e exportação no acumulado do ano de 2017 são impactados positivamente pelo fato de a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) ter iniciado suas operações somente no segundo semestre de 2016. Por isso, a inexistência de dados da CSP no primeiro semestre de 2016 mantém a base de comparação baixa ao comparar com o período de 2017, criando distorções que vão desaparecer somente a partir de janeiro de 2018.— ressalta o comunicado do IABr.

Portanto, ao retirar a CSP da base de comparação do acumulado de janeiro a setembro de 2017 frente ao mesmo período do ano anterior, a produção de aço bruto cresce apenas 3,5% (e não 9,1%) e as exportações em quantum recuam 8,1% ao invés de crescerem 9,3% no mesmo período.

Dados de setembro de 2017 — Em setembro de 2017, a produção brasileira de aço bruto foi de 3,0 milhões de toneladas, uma expansão de 7,6% frente ao mesmo mês de 2016.

Laminados — Já a produção de laminados foi de 1,9 milhão de toneladas no mesmo período, o que representa um aumento de 2,6% quando comparado com o apurado em setembro de 2016.

O consumo aparente foi de 1,8 milhão de toneladas em setembro, 9,1% a mais do que o registrado no mesmo mês de 2016. As vendas internas cresceram 5,4% na mesma base de comparação, totalizando 1,5 milhão de toneladas.

As importações cresceram 7,3%, para 221 mil toneladas, e aumentaram 36,1% em valor, para US\$ 215 milhões, também na comparação entre setembro de 2017 e o mesmo mês de 2016.

As exportações foram de 1,2 milhão de toneladas ou US\$ 595 milhões, o que representam reduções de 13,7% em volume e de 4,0% em valor na mesma base de comparação.